

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

COOPERTRANSROD COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
CNPJ: 25.107.934/0001-58
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - 2024

O SENHOR WAGNER MOURA DA SILVA, PRESIDENTE DA COOPERTRANSROD COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS – CNPJ: 25.107.934/0001-58, CONVOCA TODOS OS 725 (SETECENTOS E VINTE E CINCO) SÓCIOS COOPERADOS EM CONDIÇÕES DE VOTAR, PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, QUE SE REALIZARÁ NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, NA SEDE SOCIAL LOCALIZADA NA RUA SOLDADO BENEDITO ELISEU DOS SANTOS Nº 112 – PARQUE NOVO MUNDO - SÃO PAULO/SP, EM 1ª CHAMADA AS 09:00H COM PRESENÇA MÍNIMA DE 2/3, EM 2ª CHAMADA AS 10:00H COM PRESENÇA MÍNIMA DE METADE MAIS UM OU EM 3ª CHAMADA AS 11:00H COM A PRESENÇA MÍNIMA DE 10 (DEZ) SÓCIOS, PARA DISCUTIREM E DELIBERAREM SOBRE AS SEGUINTEs QUESTÕES:
1- PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2023, ACOMPANHADO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL;
2- DESTINAÇÃO DAS SOBRAS APURADAS OU RATEIO DAS PERDAS;
3- ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL.
· INSCRIÇÕES DAS CHAPAS CONCORRENTES SE DARÃO DE 27/01/2024 À 09/02/2024 DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DAS 09:00H AS 17:00H NA SEDE SOCIAL..
SÃO PAULO, 26 DE JANEIRO DE 2024.
WAGNER MOURA DA SILVA
PRESIDENTE

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS
CNPJ nº 57.522.468/0001-63
AVISO DE ITENS FRACASSADOS

Processo de Compra nº 356/2023 - Pregão Eletrônico nº 59/2023 - Objeto: Registro de preços para aquisição de biscoi-to salgado integral e bebida láctea pronta para consumo, pelo período de 12 meses. O Chefe da Divisão de Suprimentos informa que, na presente licitação, resultaram FRACASSADOS os itens 1 e 2 do Edital de Licitação nº 59/2023. SJCampos, 19 de janeiro de 2024. Jean Victor Alves Barros - Chefe da Divi-são de Suprimentos.



Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - ECOPISTAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657
Ata de Reunião do Conselho de Administração

Em 28/12/2023, às 10h00, na sede social da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Itaquaquecetuba/SP, participou a Assembleia Geral Ordinária, convocada em conformidade com o Estatuto Social, para deliberar sobre o pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2023. O Conselho de Administração aprovou: (i) o pagamento ao acionista de dividendos no valor de R\$ 721.133,54, ou seja, R\$ 0,0025068529 por ação ordinária integrante do capital social integralizado da Companhia, relativos à reserva de orçamento de capital de 2022, com base em demonstrações financeiras levantadas em 31/12/2022, auditadas e aprovadas em AGO, ocorrida em 18/04/2023, às 15h00; (ii) o pagamento ao acionista de JSCP ad referendum da AGO da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31/12/2023, à conta do período compreendido entre 01 à 30/11/2023, no valor bruto de R\$ 3.361.019,36 ou seja, R\$ 0,011683801 por ação ordinária integrante do capital social integralizado da Companhia, sendo que, deste valor, deverá ser descontada a parcela relativa ao imposto de Renda Hetido na Fonte, equivalente a R\$ 504.152,90 remanesecendo a importância líquida de R\$ 2.856.866,46; O pagamento de dividendos e JSCP será realizado a partir desta data, cabendo a Companhia informar os valores e datas das liberações. O Conselho de Administração autorizou a diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários para formalizar a deliberação acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. Itaquaquecetuba, 28/12/2023. Conselheiros: Marcelo Guidotti, Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles, Roberto Borges Paiva, Andréa Paula Fernandes e Fabio Trugillo. Ronald Dennis Marangon - Secretário. JUCESP nº 26.850/24-2 em 18/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Pregão Eletrônico nº 04/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTIPARKINSONIANOS DO ABANDONO DO TABAGISMO, CARDIOVASCULARES E RESPIRATÓRIOS. Data e hora limite para credenciamento no sítio da BNC até: 06/02/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 06/02/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 06/02/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou <https://bnccompras.com/Home/Login>.
Paulínia, 23 de janeiro de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

Global Business Travel Brasil Ltda.
CNPJ nº 41.489.036/0001-68 - NIRE 35.237.039.957
Extrato de Distrato Social

Em 31/12/2023, a GBT III B.V., CNPJ nº 40.469.425/0001-69, única sócia da Global Business Travel Brasil Ltda., CNPJ nº 41.489.036/0001-68 e NIRE 35.237.039.957 ("Sociedade"), firmou o Distrato Social da Sociedade para, principalmente: (i) declarar a dissolução da Sociedade; (ii) nomear como liquidante o Sr. Leonardo Luis do Carmo, RG nº 41.997.179-8 SSP/SP e CPF nº 368.430.348-88; e (iii) declarar a Sociedade extinta. Distrato Social arquivado na JUCESP sob o nº 8.321/24-3, em 12/01/2024.

PREFEITURA DE ARAÇATUBA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 013/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2.430/2023 - PROCESSO DIGITAL N.º 15.887/2023
EDITAL DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE nomeada através das Portarias GP N.º 007/2023 e 010/2023, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados a HABILITAÇÃO e INABILITAÇÃO, das empresas participantes da licitação supra, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PRÉDIO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL", conforme segue:
HABILITA as empresas: GOMES & BENEZ ENGENHARIA LTDA - EPP, DWJ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, NBM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, HMBF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRUTORA ALFA VITÓRIA LTDA, por atenderem às exigências da Cláusula Quinta do Edital.
INABILITA as empresas: SUART e MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA por apresentar cópia simples do contrato social, conforme Cláusula 5.11 do Edital e não atender a Cláusula 5.7.7 do Edital; AUGÉ INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA por não atender a Cláusula 5.7.6 do Edital; NOVA META CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÃO LTDA por não atender a Cláusula 5.7.6 do Edital.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 23 de janeiro de 2024.
CLAUDIR SANTOS LIMA - Divisão de Licitação e Contratos

Grupo FarmaBrasil: Novo programa industrial foi feito mais com o ‘pé no chão’

O presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri, avalia que o novo programa de incentivo à política industrial, lançado pelo governo federal, segunda-feira, 22, é positivo e visto com bons olhos pelas empresas.

“A sensação é de que é uma coisa feita mais com o pé no chão”, avaliou. O grupo representa empresas como Aché,

O executivo pontuou que, embora o programa, chamado de Nova Indústria Brasil, não tenha trazido grandes surpresas, preferindo apostar no

aperfeiçoamento de medidas já em andamento, o programa tem seu mérito e propõe algumas novidades com execução viável.

Arcuri elogiou o envolvimento pessoal do ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e vice-presidente, Geraldo Alckmin, na condução do programa com a iniciativa privada. Para ele, o lançamento de hoje deu sinais de que o Poder Executivo está interessado em ter uma política industrial que funcione, e não em fazer uma coisa

pro forma. “Vai dar um salto de qualidade no nosso setor”, disse. A chamada “meta aspiracional” do programa na área da Saúde é ampliar de 42% para 70% a participação nacional na produção de medicamentos, vacinas, insumos, tecnologias em saúde, além de equipamentos e dispositivos médicos.

Segundo Arcuri, o setor farmacêutico está pronto para as mudanças propostas, mas ainda aguarda um plano de ação mais detalhado por parte do governo. Ainda na área da Saúde, o programa federal de fomento à

indústria tem quatro áreas prioritárias: fármacos, medicamentos e terapias avançadas; vacinas, soros e hemoderivados; dispositivos médicos; tecnologias da informação e conectividade.

Com a iniciativa, o governo pretende reduzir a dependência externa de insumos na área, que atualmente é de 90%, criar um maior alinhamento entre a política industrial do País e a de comércio exterior, além de reduzir o custo do crédito, com foco tanto na área de insumos como em equipamentos.

Kataguiiri quer indenização de R\$ 30 mil por acusação de ‘rachadinha’ de youtuber

O deputado federal Kim Kataguiiri (União-SP) entrou na Justiça para cobrar uma indenização no valor de R\$ 30 mil do empresário e youtuber Paulo Kogos, autodenominado em suas redes sociais como “tradicionalista de extremíssima direita” e “anarcocapitalista”. O parlamentar afirmou que teve a imagem afetada ao ser associado por Kogos a práticas de corrupção.

Na ação protocolada em 8 de janeiro no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), os advogados de Kataguiiri sustentam que Kogos inventou fatos “falsos e caluniosos” ao acusar o deputado de cometer “rachadinha” - ou seja, exigir parte do salário de assessores.

A defesa de Kogos não foi localizada e ele não respondeu ao pedido do Estadão para comentar o caso. Segundo advogado de Kataguiiri, supõe-se que o youtuber esteja ciente da ação, pois houve confirmação de que a notificação postal foi entregue.

A ação mostra uma publicação do empresário no

X (antigo Twitter) em 15 de dezembro, com uma comparação entre o que supostamente “idiotas manipulados pela mídia” versus o que “pessoas pensantes e bem informadas” imaginam quando ouvem a palavra “rachadinha”.

No primeiro caso, ele cita o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz. No segundo, Kataguiiri e o deputado federal André Janones (Avante-MG) são mencionados.

Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz foram denunciados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) em 2020 por supostas “rachadinhas” praticadas na Assembleia Legislativa do Estado (Alerj).

A denúncia foi arquivada pela Justiça do Rio em 2022. Janones é alvo de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) e de um processo de cassação do mandato no Conselho de Ética na Câmara dos Deputados por supostamente aplicar a prática em seu gabinete. Os três negam as acusações.

Entra em vigor em 2024, mudanças significativas nas publicações de Licitações na imprensa

A partir de 2024, com a entrada em vigor da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), haverá mudanças significativas nas publicações obrigatórias de licitações na imprensa. A nova lei estabelece que as publicações de editais de licitação serão realizadas obrigatoriamente em meio eletrônico, em jornal de grande circulação, de acordo com as regras estabelecidas pelo órgão ou entidade responsável pela licitação.

Essa mudança tem como objetivo modernizar e agilizar o processo de licitação. Além disso, a nova lei prevê a utilização de sistemas eletrônicos para a realização de todas as fases do processo licitatório, desde a publicação do edital até a apresentação das propostas e a realização dos lances.

No entanto, é importante ressaltar que a nova lei também estabelece que, até 2023, as publicações de editais de licitação ainda poderão ser realizadas na imprensa oficial, em jornal de grande circulação e em jornal especializado, conforme previsto na legislação atual. Portanto, a obrigatoriedade da publicação eletrônica e impressa, só entrará em vigor a partir de 2024.

É fundamental que os gestores públicos e os interessados em participar de licitações estejam atentos às mudanças trazidas pela nova lei, para garantir o cumprimento das novas regras e evitar problemas futuros.

